



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



REI

REVISTA DE EDUCAÇÃO DO IDEAU

Vol. 7 – Nº 16 - Julho - Dezembro 2012
Semestral

ISSN: 1809-6220

Artigo:

INCLUSÃO ESCOLAR: IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Autores:

Guilherme Hammarstrom Dobler¹

Lisiane Oliveira Ferreira²

Renata de Souza Santos³

Silvana Konageski Dalla Rosa⁴

Janessa Caroline Peccin⁵

Marli Dallagnol Frison⁶

1 Acadêmico do Curso de Ciências Biológicas e Técnico Administrativo da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. E-mail: guilherme.dobler@unijui.edu.br

2 Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas da Unijuí. E-mail: lf_lisi@hotmail.com

3 Acadêmica do Curso de Química da Unijuí. E-mail: renata0210@terra.com.br

4 Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas da Unijuí. E-mail: sildallarosa@yahoo.com.br

5 Acadêmica do Curso de Química da Unijuí. E-mail: janessa_peccin@hotmail.com

6 Docente Doutoranda vinculada ao Departamento de Ciências da Vida – DCVida da Unijuí. E-mail: marlif@unijui.edu.br

INCLUSÃO ESCOLAR: IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO BÁSICA⁷

SCHOOL INCLUSION: IMPLICATIONS IN BASIC EDUCATION

Resumo: O referido estudo traz reflexões sobre a inclusão escolar de alunos portadores de deficiência e a formação de professores articulada à produção de currículo, no sentido de atender as diferentes necessidades dos sujeitos. Tal pesquisa surge a partir de uma abordagem de Estudo de Caso, tendo como subsídio a coleta de dados em forma de questionários e entrevistas semi-estruturadas abrangendo licenciandos dos cursos de Ciências Biológicas e Química da UNIJUÍ, professores e alunos vinculados ao ensino fundamental de escolas públicas e particulares do município de Ijuí.

Palavras-chave: Formação de Professores; Inclusão Escolar; Inovação.

Abstract: The study reflects on school inclusion of students with disabilities and training of teachers articulated the production of curriculum, in order to meet the different needs of individuals. This research stems from a case study approach, taking as input the data collection in the form of questionnaires and semi-structured interviews covering undergraduates courses in Biological Sciences and Chemistry UNIJUÍ, teachers and students linked to school of public and private schools in the city of Ijuí.

Key words: Teacher Education, School Inclusion, Innovation.

INTRODUÇÃO

O termo *inclusão* tão mencionado na modernidade, tem sido alvo de estudos e discussões entre governo, escola e sociedade, e de certa forma tem movimentado as diversas camadas da sociedade no sentido de discutir e propor inovações para inclusão nas diferentes camadas sociais. A movimentação expressa pelos distintos segmentos da sociedade tem sido observada em propagandas de televisão, exposta e debatida em cursos e seminários, lida em manchetes de jornais, revistas e literaturas contemporâneas. Neste aspecto, a extrema discussão em torno de um assunto polêmico – incluir pessoas portadoras de deficiências nos diversos segmentos de uma sociedade visivelmente despreparada, principalmente no espaço escolar, tem nos instigado a discutir este assunto.

Diante do fato, em que alunos com deficiência fazem parte do universo escolar com aval legal, obrigatoriamente, levou o sistema de ensino bem como a comunidade em geral a

⁷ Artigo apresentado no VIII Seminário Internacional de Alfabetização e XIV Ciclo de Estudos da Pedagogia, UNIJUÍ, 2012. Estudo de Caso realizado entre os anos de 2011 e 2012.

levar em consideração a inserção destes indivíduos como sujeitos ativos no sistema de ensino. Estes acontecimentos geraram certa desestabilidade ao passo que essa “desacomodação” trouxe novos olhares e aprendizados para o indivíduo. No entanto, de um lado, observou-se a evidência de preconceitos e indiferenças quando debatida a singularidade, ou seja, a integração em escolas “normais”, por aqueles que até então ficavam escondidos, marginalizados.

É impossível, deixar de retratar tamanho esquecimento e desprezo da sociedade, em relação aos indivíduos portadores de deficiências, este sentimento pode ser explicitado em fatos históricos e sociais, dentre eles pode-se dizer que há poucos anos efetivamente, pessoas com necessidades especiais estão sendo admitidas na rede escolar, isso porque havia, e de certa forma há, uma ideia generalizada de que as escolas ditas normais não deveriam aceitar sujeitos “fora do padrão, anormais”, a mesma alegava que estes indivíduos não se enquadravam nos “padrões” oferecidos naquele espaço. Mas nos perguntamos por que não aceitar estes sujeitos? Quais são as perdas e ganhos no espaço escolar com a inserção destes novos alunos? E qual a postura do docente em relação a esta nova situação?

Para iniciar a discussão em relação aos questionamentos realizados anteriormente, buscou-se o significado da palavra “deficiente” no dicionário da web e encontrou-se o seguinte significado: *Insuficiente, insatisfatório, medíocre, pessoa que tem diminuída as faculdades físicas ou intelectuais*. Sendo assim se fez necessário citar a definição para a palavra deficiente segundo Bechtold e Weiss:

apresenta em caráter temporário ou permanente, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrente de fatores inatos ou adquiridos, que acarretam dificuldades em sua interação com o meio social, necessitando por isso, de recursos especializados para desenvolver seu potencial de superar ou minimizar suas dificuldades (2004, p. 2).

Neste aspecto, a escolarização dos sujeitos portadores de deficiências, ao longo da história da educação, procurou-se instalar escolas especiais denominadas diferenciais, onde grande quantidade de crianças com problemas de desenvolvimento, que não tinham espaço no sistema educacional, encontrassem, então um lugar. A existência das escolas especiais gerou por sua vez, uma barreira que acabou dificultando a inserção dessas crianças nas escolas regulares, indicando para encaminhamento à escola especial, alunos com qualquer aspecto externo ou rendimento cognitivo diferenciado das demais crianças.

Por sua vez, a tentativa de homogeneização de pessoas e “modelos de educação” não fica imune às reações na sociedade. Dessa forma, com a pressão social, é que surgem concepções e práticas escolares em que a escola busca ser um lugar de eliminação das desigualdades. Quando as escolas aceitam alunos com deficiência possibilita-se o exercício da diferença, onde todas as crianças sejam especiais e todos os professores sejam educadores também especiais, o que gera por parte do educador uma postura vigilante contra todas as práticas de desumanização (Freire, 1996). Desse modo, este processo fomenta uma escola onde a inclusão é possível e as diferenças passam a ser “normais” e não mais desigualdades, um instrumento de segregação.

A abordagem de temas como educação inclusiva e profissionais qualificados para atender estes sujeitos, além de ser um assunto bastante discutido é de suma importância que se reflita sobre as problemáticas envolvidas neste processo. No que se refere à formação de professores, podemos considerar insuficiente de acordo com a perspectiva das propostas inclusivas.

O que confere uma limitação para adaptação às diferenças e necessidades individuais dos alunos. Goffredo (1992) e Manzini (1999) alertam para o fato de que a educação inclusiva encontra limitações devido à falta de uma formação qualificada de professores e infraestrutura inadequada que favoreçam o trabalho pedagógico com crianças com deficiência. Neste contexto, Freire (1996) reforça a idéia de que nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável a mudanças, desse modo, todas as tecnologias existentes, materiais pedagógico-inclusivo, espaços adaptados de nada adiantam se o educador permanecer cristalizado diante as práticas escolares.

Para que a educação inclusiva realmente aconteça é imprescindível a capacitação docente para que possam suprir as peculiaridades dos alunos gerando significações em suas vidas, desta maneira gerando laços humanizadores. Para Gotti (1988), as universidades deveriam ser as principais formadoras, proporcionando cursos de aperfeiçoamentos, pós – graduação, envolvimento em pesquisas que visem desenvolver instrumentos e recursos que favoreçam a formação do docente, preparando o mesmo para trabalhar com a inclusão de alunos portadores de deficiências, mas também proporcionar uma educação de qualidade, motivando os educandos a se posicionarem como sujeitos sócio-histórico-culturais.

Neste sentido este texto traz reflexões sobre a necessidade da formação de professores articulada a uma educação inclusora dos sujeitos que ao longo do processo histórico-social por inúmeros motivos foram condicionados e esquecidos, considerados insuficientes e então marginalizados. Partindo deste pré-suposto, fica difícil falar em inclusão

numa sociedade exclusora, que ao longo de sua história abandonou e repudiou: pobres, negros, homossexuais, deficientes, presidiários, mulheres, enfim tudo aquilo que desagrada, ofende, perturba a normalidade. Diante deste desafio, o educador deve trabalhar no sentido de gerar significações/significados para o aluno, de modo que o mesmo possa desenvolver suas capacidades/habilidades dentro de suas possibilidades cognitivas e sociais. Portanto, necessita-se de professores capazes de reconhecer a diversidade, e, conseqüentemente elaborar um currículo eficiente no sentido de incluir as variadas singularidades, numa perspectiva de contribuir para a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento pessoal para que cada um se construa como um ser global. Segundo Mantoam, M. T. :

O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência ou os ditos normais. A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exigem da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico (1998, p. 44).

METODOLOGIA

A referida pesquisa teve início a partir de reflexões de acadêmicos no sentido de elaborar um projeto de pesquisa no componente Prática de Ensino III: Pesquisa em Ensino de Ciências I, oferecido pelo Departamento de Ciências da Vida – DCVida, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, no período de agosto a dezembro de 2011, e o mesmo teve sequência no primeiro semestre de 2012 para a elaboração desta produção científica.

Este estudo se insere numa abordagem qualitativa de Estudo de Caso, que pode ser descrita como uma convergência de informações, de vivências e de experiências, que nos leva a compreensão de um fenômeno que é o foco da nossa observação. Este fenômeno refere-se, à formação de professores para atuarem com a pluralidade de educandos. Para realização deste trabalho utilizamos como método de pesquisa o Estudo de Caso, que segundo André, é essencial para o início e desenvolvimento do mesmo:

Mesmo que o investigador parta de alguns pressupostos que orientam a coleta inicial de dados, ele estará constantemente atento a elementos que podem emergir como importantes durante o estudo, aspectos não previstos, dimensões não estabelecidas a

priori. A compreensão do objeto se efetua a partir dos dados e em função deles (1984, p.52).

Nesta perspectiva, Yin (2001) discute que o Estudo de Caso é uma metodologia adequada quando são propostas questões de pesquisa do tipo “como” e “por quê”, e nas quais o pesquisador tenha baixo controle de uma situação que, por sua natureza, esteja inserida em contextos sociais.

Quanto ao controle de comportamentos, o Estudo de Caso permite que seja analisada uma situação na qual não se possam fazer interferências no sentido de manipular comportamentos relevantes; neste método os dados são coletados a partir de múltiplas fontes e baseadas em relatos conforme proposto por Stake (2001).

Os sujeitos envolvidos nesta pesquisa foram 30 licenciandos de Ciências Biológicas e Química da Unijuí da turma de Prática de Ensino IV: Pesquisa em Ensino de Ciências II, 12 professores do ensino fundamental, 05 alunos portadores de deficiência regularmente matriculados em escolas públicas municipais, estaduais.

Nesse sentido, foi elaborado e aplicado um questionário contendo 6 questões para os licenciandos da Unijuí, onde foram questionados quanto a qualificação que estão recebendo na graduação, se os deixa preparados para enfrentar uma sala de aula com alunos singulares e como eles acreditam que a escola deva estar preparada para receber esses alunos. Para os professores das escolas de ensino fundamental, foram aplicadas 7 questões que indagavam temas como produção curricular, formação de professores e dificuldades enfrentadas em relação a inclusão de alunos com deficiência. Já para os alunos com deficiência foram aplicadas 5 questões referentes quanto às dificuldades que enfrentam na sala de aula, se os colegas auxiliam nas tarefas e se recebem algum atendimento especializado na escola.

Considerando o exposto nesse artigo buscamos responder a seguinte questão de pesquisa: Qual a influência da formação de professores na produção de conhecimento e na aprendizagem escolar por parte de estudantes da educação básica com necessidades educacionais especiais?

A fim de preservar a identidade dos sujeitos, atribuímos nomes fictícios com a letra maiúscula “L” para os licenciandos, a letra “P” para os professores e “A” para os alunos portadores de deficiências entrevistados. O questionário destinado a alunos foi preenchido e respondido através do uso de computador.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e um movimento muito polemizado, pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de todas as ordens, sendo permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação, assim diz a Constituição Federal. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que em seu art. 58º deixa explícita que *“o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas, ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes de comuns do ensino regular”* (art. 59, § 2º).

Verificou-se a partir das respostas dos licenciandos que a formação acadêmica de professores no que se refere à Educação Especial, num contexto amplo é muito limitada. Disciplinas ligadas a Educação Especial não atendem as necessidades, pois são muito restritas em tempo e conteúdo, trabalhando questões generalistas que não favorecem a uma formação de qualidade aos futuros educadores. Em análise a proposta curricular dos cursos de Ciências Biológicas e Química, verificamos que apenas um componente, durante o curso traz conhecimentos específicos sobre Educação Especial, porém em curto período de tempo, com apenas 2 créditos que correspondem a 30 horas/aula. Neste contexto, verificou-se que o grupo de licenciandos entrevistados também anseia por cursos, seminários, palestras, etc., detentores do assunto, segundo a licencianda Luara:

Temos apenas uma disciplina sobre esse assunto no decorrer de todo o curso, acredito que não seja suficiente para enfrentar uma sala de aula com alunos especiais. Acho que os cursos de licenciatura deveriam oferecer mais oportunidades como cursos e seminários, para nós acadêmicos conhecer de fato o verdadeiro sentido da inclusão.

Frente ao exposto, mudanças na formação inicial de professores devem ser realizadas para dar uma melhor qualificação e conseqüentemente maior segurança a esses profissionais. Para que tenham a possibilidade de realizar um trabalho realmente inclusivo, sendo capazes de identificar e reconhecer a pluralidade dos estudantes como um todo que permeiam as salas de aula, criando as condições iniciais necessárias para a elaboração de estratégias didáticas que considerem e respeitem as diferenças e estilos de aprendizagem de cada aluno em particular. Ao analisar as respostas obtidas nos questionários propostos aos professores todos afirmaram que não tiveram uma formação que realmente os preparasse para trabalhar a

inclusão, desse modo, não se sentem preparados para acolher e trabalhar com a pluralidade de modo geral. Como podemos observar nos fragmentos da professora Patrícia e do licenciando Lucas:

“Acredito que minha formação superior foi insuficiente para trabalhar com alunos com deficiências. Tal assunto nunca foi tratado com a devida importância nas disciplinas, quando se tocava no assunto era algo bastante superficial.”

“Minha formação superior foi insuficiente para trabalhar com alunos com deficiências, pois não temos disciplinas que tratem mais a fundo sobre o assunto. Eventualmente era falado sobre o tema em algumas disciplinas, porém não nos deu um aparato para trabalhar com a inclusão.”

Para efetivar a proposta inclusiva nas escolas, sobretudo de alunos com deficiências cognitivas, sensoriais e/ou motoras, as adaptações curriculares são muito importantes, o planejamento e desenvolvimento do currículo deverá estar voltado, segundo Rodrigues (2001), para três aspectos: a seleção do modelo; a diferenciação e a funcionalidade desse currículo para os alunos. Para o autor, o currículo deve ser capaz de atender às necessidades educativas especiais de determinados alunos no qual os objetivos são determinados em curto prazo e em função de uma avaliação prévia das capacidades e do potencial do aluno, considerando a situação ou estágio de cada um deles e, conseqüentemente, de suas diferenças.

A maioria dos professores entrevistados traz a questão de um currículo flexível que possa ser constantemente revisto e alterado de acordo com a realidade dos alunos, da escola, da comunidade e dos fatores históricos-sociais que influenciam direta ou indiretamente a realidade daqueles sujeitos. No entanto, todos os educadores entrevistados trazem a questão de não possuírem conhecimentos suficientes para “promover” a inclusão, trazem nos seus diálogos a necessidade de uma melhor formação, da importância da presença de um Auxiliar Pedagógico em sala de aula, de recursos pedagógicos melhores e mais eficientes e do apoio na escola de Psicólogos, Fisioterapeutas e outros profissionais da saúde.

De outro lado, é possível verificar que os recursos solicitados pelos docentes para “melhor atender” os alunos portadores de deficiências, não são de fato os únicos “promotores” da inclusão. Ao analisar o questionário da aluna Aline, constatou-se que, a escola não conta com um interprete de Libras, e mesmo com a ausência de tal, a inter-relação professor-aluno e aluno-professor, têm ocorrido, ainda que com tamanha dificuldade. No episódio abaixo podemos observar resposta da aluna ao ser questionada sobre sua maior dificuldade em acompanhar as aulas:

Como a escola não tem monitor que saiba o uso dos sinais e tenho muita dificuldade de me comunicar, por mais que minha deficiência auditiva não seja tão severa só consigo acompanhar as aulas, pois os professores me dão o material antecipado para que eu estudar.

Ao ser questionada sobre o apoio que obtém para realizar as atividades relacionadas as aulas de Ciências, Aline assim se manifestou: “*Alguns colegas que moram perto da minha casa me ajudam a fazer os temas e trabalhos*”.

Os depoimentos da estudante evidenciam questões importantes que dizem respeito ao auxílio e preocupação do professor em antecipar o material de aula para que a aluna possa reconhecer/analisar os conteúdos que posteriormente serão abordados em aula, isto de certa forma, causa uma desestabilidade na rotina e organização do docente, permitindo-o *buscar* novos conteúdos, metodologias e recursos de aprendizagem. Portanto a inclusão reforça a necessidade do professor possuir um aprendizado contínuo e diversificado, pois, o educador necessita sempre buscar meios de melhoria ao ensino. Outro aspecto considerado é a ajuda dos colegas para aqueles alunos que apresentam dificuldades de se inclui no processo normal das atividades propostas pelo professor como demonstrou a atitude manifestada por Aline. No entanto, nem sempre este processo é mantido conforme o que ressalta Patrícia:

essas crianças tendem a se tornar invisíveis com o tempo, no começo até pensamos que tipo de trabalho desenvolver com estas crianças, mas depois acabamos focando mais nos demais alunos, que não podem ser deixados de lado.

A professora Patrícia evoca uma questão muito polemizada, a distorção da inclusão no espaço escolar. Segundo Freire (1996), ensinar não é transferir conhecimento, mas sim evocar situações problematizadoras para dentro e fora do espaço escolar, no sentido de fornecer ao educando a possibilidade de se tornar um sujeito questionador e ativo diante as escolhas e possibilidades que a vida oferece.

Diante deste fato, as precariedades nos espaços físicos das escolas aliado a salas de aula lotadas são frequentemente citados pelos professores entrevistados, como um dos fatores que dificultam a inserção de alunos portadores de deficiências. É necessário frisar que nem todas as escolas possuem salas de recursos, e estes espaços servem como uma ferramenta de apoio pedagógico muito importante, pois possibilitam um atendimento mais especializado e voltado para cada necessidade/particularidade de cada aluno. Segundo Carvalho (2000) é nas

salas de recursos que as barreiras do ensino são derrubadas, no entanto, o educador deve estar atento, para estes espaços pedagógicos não sejam espaços geradores de exclusão.

A partir deste pressuposto, percebe-se que a socialização melhora o desenvolvimento cognitivo, motor, social, afetivo e emocional dos alunos, com vistas a subsidiar os conceitos e conteúdos defasados no processo de aprendizagem para acompanhar o resto da classe. Os conteúdos escolares deverão ser trabalhados com metodologias e estratégias diferenciadas; uma vez que o trabalho com o conteúdo não deve ser confundido com reforço escolar – repetição de conteúdo da prática educativa da sala de aula. As atividades planejadas implicam aprofundamento dos conhecimentos historicamente acumulados, por meio de métodos e técnicas adequados, que facilitem a apropriação do saber.

Diante desta realidade, se faz necessário pensar sobre a organização do espaço escolar, no sentido de acolher a diversidade. Todos sabemos, que para além de todos os recursos pedagógicos, tais como, salas de apoio, acompanhamento por um segundo professor em sala de aula, utilização do turno inverso para aulas de apoio, etc. É necessário que o professor seja um crítico “aventureiro”, responsável, predisposto à mudança, à aceitação do diferente. Ele deve ter a convicção de que sua presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere, portanto, o educador não deve apenas se perceber como um inserido, mas como um sujeito insersor no mundo (Freire, 1996).

CONCLUSÃO

É necessário finalizar esta discussão evidenciando a “falta de comprometimento” que atualmente vivemos, o “despreparo” demonstrado na maioria dos questionários destinados a professores e licenciandos. No entanto, estes dados nos remetem a questionamentos incomensuráveis, não é possível saber se o despreparo destes docentes advém pela ausência de recursos para atendimento especial no ambiente escolar, ou pela carência da formação que implementam os cursos de licenciaturas.

Neste sentido, é indispensável compreendermos que os seres humanos possuem características em comuns, sejam elas do aspecto físico-motor, afetivo-emocional, intelectual ou social. Sobretudo, o professor ao iniciar sua carreira deve ter consciência de que deverá estar preparado, também, para promover a inclusão de indivíduos no mundo (Freire, 1996) e que este mundo apesar de nem sempre reconhecer, é composto pela diferença, pelas singularidades.

O docente também deve ter bem claro, que a criança é concebida como um ser dinâmico, e em todo o momento interage com a realidade, operando com objetos e pessoas. Essa interação com o ambiente faz com que construa estruturas mentais e adquira maneiras de fazê-las funcionar. Diante disto, o processo inclusivo deve ser visto de forma consciente diante das situações que comumente ocorrem na escola, por meio deste processo ocorre a possibilidade do educando significar e dar outros olhares a sua existência quanto sujeito inserido no mundo. Também tem a possibilidade de compreender que todas as pessoas são seres distintos, e a partir deste pressuposto além de se tornar um ser mais humanizado, é capaz de respeitar/aceitar o diferente.

A partir da inclusão destes sujeitos, na rede escolar ao longo do processo, também se pode evidenciar falhas no sistema educacional, na formação do professor, na organização do currículo e no espaço escolar. De certo modo, esta “desacomodação” tem gerado grandes polêmicas diante da sociedade, diante disso, o governo, a população e as escolas devem repensar os olhares diante destas percepções, no sentido de buscar soluções.

Ainda é necessário evidenciar, que os sujeitos que formam a sociedade são os mesmos que constituem o espaço escolar, neste sentido, nos questionamos qual modelo de escola queremos compor. Podemos continuar investindo no modelo escolar que apenas reflete a sociedade, ou então, podemos lutar por uma escola diferente, que ao contrário do modelo anterior, seja ela o reflexo na sociedade, uma escola capaz de efetivar novos olhares, uma escola que desmitifica preconceitos e tabus, que abre a possibilidade para o novo, o diferente.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. D. A. **Estudo de Caso: Seu Potencial na Educação**. Cadernos de Pesquisa. N. 49, p. 51 a 54, Maio de 1984.

BECHTOLD, Patrícia B. & WEISS, Sílvia L. I. **A inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais no mercado de trabalho**. Associação Educacional Leonardo da Vinci. 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>; acessado em 09/01/2012 às 14:10

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Inclusão na Educação Básica / Secretária de Educação Especial – MEC, SEESP, 79 pg.** 2001.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras de aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000. p. 95-125.

DICIONÁRIO DA WEB. Disponível em: <http://www.dicionarioweb.com.br/deficiente.html> e acessado em 9/03/2012 às 16h45min.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** Paz e Terra. São Paulo, SP. 1996.

GOFFREDO, V. (1992). **Integração ou segregação?** O discurso e a prática das escolas públicas da rede oficial do município do Rio de Janeiro. *Integração*, 4(10), 118-127.

GOTTI, M. O. (1998). **Integração e inclusão:** nova perspectiva sobre a prática da educação especial. Em M. Marquenzine (Org.), *Perspectivas multidisciplinares em educação especial* (pp.365-372). Londrina: Ed. UEL.

MANTOAM, Maria T. E. **A formação do professor tal como concebemos e realizamos.** II Congresso brasileiro sobre educação especial. Curitiba, 1998.

MANZINI, E. F. **Quais as expectativas com relação à inclusão escolar do ponto de vista do educador?** *Temas sobre desenvolvimento*, 7(42), 52-54. (1999).

NICHELE, Maria Angélica Marinho; MARCH Maria Aparecida Olenski; FECCHIO Miguel; **Inclusão: Educação que se faz Especial.** *AKRÓPOLIS - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR*, Akrópolis, Umuarama, v.12, nº.3, jul./set., 2004

STAKE, Robert E. The case study method in social inquiry. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **The American tradition in qualitative research.** Vol. II. Thousand Oaks, California: Sage Publications.2001.

RODRIGUES, D. A Educação e a Diferença. In: RODRIGUES, D. (Org.) **Educação e Diferença** (volume 7). Portugal: Porto Editora, 2001. p. 13-34

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos.** (2Ed.). Porto Alegre: Bookman.2001.